



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 33 | Jul./Dez. de 2025

**Karla de Paula Carvalho**

*Universidade Federal de Minas Gerais / UFMG*  
psicologakarlacarvalho@gmail.com

**Paula Rita Bacellar Gonzaga**

*Universidade Federal de Minas Gerais / UFMG*  
paularitagonzaga@gmail.com

# “SER MULHER, SER TERRITÓRIO PRÓPRIO”: Contribuições Interseccionais Para A Práxis da Psicologia Comunitária a partir da rede Feminista de Mulheres Negras no Aglomerado Da Serra-BH

---

## RESUMO

Este artigo discorre sobre o movimento organizado da ColetivA Mulheres da Quebrada, e o seu olhar sofisticado para a construção de uma rede feminista de solidariedade no Aglomerado da Serra, BH. Analisamos algumas problemáticas relacionadas ao acesso, às violências institucionais e às arbitrariedades de uma Unidade Básica Saúde, localizada no território. E, em contrapartida, apresentamos as práticas das Mulheres da Quebrada, que podem servir como referência para as políticas públicas. Concluimos que as ações coletivas, têm contribuído para uma prática psi fundamentada nas epistemologias negras, tendo o princípio do espelho de Oxum como um condutor da reexistência e da afirmação de outras imagens auto reflexivas de mulheres negras.

**Palavras-chave:** Mulheres Negras; Saúde Mental; Psicologia Social Comunitária;

# “BEING A WOMAN, BEING ONE’S OWN TERRITORY”: Intersectional Contributions To The Praxis Of Community Psychology From The Feminist Network Of Black Women In The Serra Glomerado-BH

---

## ABSTRACT

This article examines the organized movement of ColetivA Mulheres da Quebrada and its sophisticated perspective on building a feminist solidarity network in the Aglomerado da Serra, Belo Horizonte. It analyzes issues related to access, institutional violence, and the arbitrary practices of a local Primary Health Care Unit. In contrast, it highlights the practices developed by the Mulheres da Quebrada, which may serve as valuable references for public policy. The study concludes that these collective actions contribute to a psychological praxis grounded in Black epistemologies, with the principle of Oxum’s mirror guiding processes of reexistence and the affirmation of self-reflective images of Black women.

**Keywords:** Black Women; Mental Health; Community Social Psychology;  
The following article aims to analyze the Brazil.

## Introdução

Este artigo discorre sobre o movimento organizado da ColetivA<sup>1</sup> Mulheres da Quebrada, e o seu olhar sofisticado para a construção de identidades coletivAs e a rede feminista de solidariedade no Aglomerado da Serra, BH. Aqui defendo a tese de que este olhar diferenciado pode servir como referência para as políticas públicas, dada sua relevância local e frente às ineficiências institucionais. As conclusões são embasadas em três cenas, construídas a partir de encontros com profissionais de uma Unidade Básica de Saúde e ações conjuntas com a ColetivA. A análise se baseia em intervenções psicossociais desenvolvidas na pesquisa de mestrado no âmbito do Projeto de extensão “Ser Mulher, Ser Território: articulações entre a Coletiva Mulheres da Quebrada - BH, a Psicologia Comunitária e o Feminismo Negro”.

A parceria e a articulação de saberes junto à ColetivA parte da premissa da Psicologia Social Comunitária que, segundo Monteiro (1984), aposta na centralidade do poder na própria comunidade. Desse modo, imbuídas dessa práxis, as articulações desenvolvidas só foram possíveis por interpelações feitas pelas lideranças, ao criticarem a historicidade das universidades em apropriar dos saberes das classes populares em seu lugar de poder-saber, sem consentimento e sem considerar o impacto negativo que gera na vida das pessoas. Isso, sobretudo, de povos racializados, lidos por uma ótica desumanizante como “objetos de pesquisa” e, portanto, passíveis de serem expropriados de seus saberes. Movimento esse que Grosfoguel (2016) denominou de uma lógica extrativista epistêmica, um saque e expropriação que vem ocorrendo desde a época colonial até o neocolonialismo neoliberal de nossos dias. Nesse sentido, a articulação ocorreu pensando nas aproximações, como o fato de a coordenadora do Projeto de extensão ser uma mulher negra, o que possibilita a troca entre sujeitas que se percebem como semelhantes, por vivenciarem, ainda que com distinções, marcas comuns da violência colonial (Gonzaga, 2019).

---

<sup>1</sup> A ColetivA utiliza a demarcação da letra -A- maiúscula para reafirmar o protagonismo que as mulheres possuem na construção do território-rede.

Para fundamentar a tese de que as práticas sofisticadas da ColetivA servem como referência para as políticas públicas, construo neste texto algumas análises situacionais produzidas a partir de cenas vivenciadas no projeto de extensão e na pesquisa, registradas por meio de diário de campo. Em síntese, analiso os relatos de violência interpessoal e institucional, as arbitrariedades da rede de políticas públicas, em especial a de saúde, e os impactos na assistência e na garantia de direitos, e o fortalecimento do espaço da ColetivA como uma rede feminista de solidariedade, promotora de acolhimento e de afirmação política.

Para afirmar as estratégias de luta, articulação e cuidado contra hegemônicas das mulheres negras, e suas contribuições para a construção de uma agenda política transformadora nas políticas públicas, este trabalho se fundamenta nas contribuições teórico-metodológicas de intelectuais negros e da psicologia comunitária, em interface com o feminismo negro, incluindo suas noções de solidariedade, democracia, (in)justiça e ativismo comunitário (Adrião e Fine, 2015). A intenção é dialogar a partir de bases epistêmicas que articulam teoria, metodologia e prática política visando à transformação social (Santos, 2022). Em um exercício de honestidade científica, assume-se a não neutralidade, com análises permeadas por exercícios reflexivos. A aposta é que a pertença étnico-racial, política e epistemológica espelha a pesquisa-ação comunitária — uma metodologia que considera o conhecimento e a ação coletiva sobre a realidade, possibilitando problematizações e deslocamentos que geram respostas para o campo teórico e movimentos comunitários de mulheres. Trata-se de uma perspectiva situada (Haraway, 1995) e reflexiva, que se opõe à indústria de extração de dados (Adrião e Fine, 2015).

A Psicologia, ao longo de sua história, também desconsiderou as reverberações do racismo nos modos de subjetivações e na saúde mental da população negra, ao alavancar somente a classe e desconsiderar outros marcadores sociais como raça e outros saberes como afropindorâmicos no cuidado em saúde (Santos, 2022). Desse modo, as análises produzidas aqui têm como finalidade a suspensão dos modelos hegemônicos de produção de conhecimento (Nogueira, 2020), largando mão de métodos que visam somente

a apropriação (Fanon, 2008). Assim será possível desintoxicar as subjetividades colonizadas, tornar vulneráveis os cânones da psicologia, e apontar suas limitações epistemológicas. Pensar a psicologia a partir da agência do povo negro (Santos, 2023) e das contribuições teóricas do feminismo negro articulada na práxis da psicologia comunitária, reconhecendo o paradigma sujeito-sociedade da psicologia social, almejando a coletividade e a ancestralidade como caminhos para curar a negritude dos efeitos do racismo (Santos, 2019; Gonzaga et al, 2023).

Dessa maneira, ancoramos na proposição da metodologia do encontro, que Gonzaga (2019) nos referenda em sua tese de doutoramento. Para a intelectual, ainda que tenhamos sido forjadas na subalternidade, o encontro de mulheres produz fissuras no sistema de gênero moderno-colonial (Lugones, 2014) e provocam efeitos abebénicos, referenciado no abebé dourado de Oxum. Para Gonzaga (2019), é pelo reflexo que nos reencontramos umas com as outras e nos reconhecemos como corpo coletivo, ancestralmente majestoso, reverberando o desejo e a força para lutar pela vida. O que nos faz pensar que o efeito abebénico produz disrupturas temporais e universalistas, ao espelhar as mulheres que vieram antes de nós, como as nossas mães e avós e aquelas que ainda irão pisar solos férteis, nutridos pelas mulheres que lideram suas comunidades contra as desigualdades sociais (Gonzaga, 2019).

Ancorada na metodologia do encontro, a proposta interventiva foi construída de forma coletiva com a equipe da ColetivA, por meio de reuniões regulares que expressaram um compromisso com a horizontalidade, a corresponsabilidade e a reflexividade crítica do lugar ocupado pelas pesquisadoras (Neves e Nogueira, 2005). As intervenções psicossociais em grupo, tiveram como foco a saúde mental de mulheres negras e periféricas, ancoradas na valorização do autocuidado pela afirmação de si (Berth, 2019). Inspirada em autoras como Collins (2022), Hooks (1995) e Lorde (2019), a pesquisa compreendeu o cuidado como construção de redes protetivas e afetivas, buscando a promoção de espaços seguros e coletivos de partilha, resistência e transformação. A metodologia adotada reconhece às mulheres como sujeitas de saber, promovendo ações que articulam escuta, afeto e

enfrentamento ao racismo heteropatriarcal, sem incorrer em posturas salvacionistas (Queiroz e Prado, 2018). Entre 2022 e 2024, foram realizados 22 encontros grupais, sendo os três últimos dedicados à devolutiva dos resultados, em consonância com o compromisso ético-político e de coparticipação estabelecido desde o início da pesquisa. Os diários de campo foram utilizados como instrumentos analíticos e políticos (Nascimento e Lemos, 2020) possibilitando o registro de experiências e afetos ao longo da pesquisa. Esses registros contribuíram para uma escrita reflexiva, alinhada à escuta situada e orientada à transformação social (Borges, 2022; Queiroz e Toneli, 2023).

### **“Ser Mulher, Ser Território Próprio”: a identidade ColetivA das Mulheres da Quebrada**

Pensando no protagonismo das mulheres do Aglomerado da Serra que as lideranças Scheylla Bacelar, Sandra Sawilza e Simone Silva fundaram a ColetivA em 2018. A ColetivA propõe ser uma rede de integração sociocultural, que visa construir e ressignificar a identidade da mulher negra por meio da arte, do afeto e do cuidado entre mulheres. Propõe formar redes de apoio, ser suporte mútuo, e debater sobre os atravessamentos de serem mulheres periféricas, por meio de oficinas e intervenções psicossociais (Mulheres da Quebrada, 2021). A ColetivA pensa a ação comunitária para além de um espaço de convivência, mas de sustentação de experiências, um espaço de elaboração do sofrimento da humilhação social e, por essa razão, espaço que articula transformações psíquicas a formas de atuação política conscientes e organizadas (Svartman e Silva, 2016).

No documentário “Ser Mulher, Ser Território Próprio”, produzido pela ColetivA, uma das mulheres, residente no Aglomerado da Serra, ao ser perguntada “Qual é o seu território?” fala da importância de “Sabermos onde pisamos, onde estamos, de onde viemos, e para onde queremos ir. Precisamos reconhecer território próprio”.<sup>2</sup> Já a “quebrada” é definida pelas mulheres que protagonizam o documentário enquanto “espaço de encontros, trocas, vivências múltiplas nas esquinas, nos becos, nos pontos de ônibus, nas ruas. Um espaço

---

<sup>2</sup> Fala conferida por uma participante do documentário “*Ser mulher, ser território próprio*”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xEdskUgBo58>.

potente de diálogos feministas, de sororidade, de empoderamento" (Mulheres da Quebrada, 2021).

Conforme Hooks (2019), a "quebrada" desestabiliza as noções de margem e centro, oferecendo uma perspectiva única de "fora para dentro" e de "dentro para fora". Embora o racismo force a marginalização, a margem se torna um espaço de resistência e criação de "mundos possíveis", indo além da privação. Assim, a ColetivA questiona a dicotomia centro-margem ao revelar complexidades situacionais e relacionais. Reconhecendo que a periferia possui seus próprios "centros", saberes e intelectualidades, a ColetivA empodera a luta das mulheres negras no Aglomerado, valorizando suas realidades e peculiaridades para uma compreensão mais ampla das opressões estruturais (Hooks, 2020).

A ColetivA tem como lema a retomada de saberes ancestrais, com uma relação indissociável entre corpo e território. Adotam uma perspectiva afropindorâmica da saúde mental, reconhecendo que o corpo, marcado por questões ontológicas de raça e gênero, é palco de violências — transformando-o em "corpo sem mente ou corpo trabalho" (Hooks, 2013) e alvo de feminicídios, LGBTfobias e etno-genocídios (Núñez, 2019). Essa visão desafia dicotomias eurocêtricas coloniais como saúde/doença e mente/corpo (Fanon, 2002).

Sua abordagem de cuidado AFROcentrada impulsiona o enegrecimento da psicologia (Gonzaga, 2019; Solaterrar, 2021). Isso implica reconhecer o racismo como causa de sofrimento psicossocial, exigindo um giro epistemológico onde a promoção da saúde mental da população negra se dá pela reconstrução comunitária e da memória ancestral (Santos, 2019). Ao valorizar o corpo, a ColetivA articula o conhecimento a partir de uma localização de si, reinventando um projeto político humanista (Bernardino-Costa e Grosfoguel, 2016) através da corporalidade amefricana (Gonzalez, 2020).

### **Cena 1: A fragilidade das políticas públicas e as práticas universalizantes que excluem e violentam mulheres negras**

As políticas públicas são definidas por um conjunto de programas, ações e decisões tomadas pelas diferentes esferas de poder (federal, estadual e

municipal), que afetam todos os cidadãos (FIOCRUZ, 2020). No Brasil, a única política pública implementada de forma inconsistente e irretocável, desde a abolição da escravidão, é o genocídio da população negra e indígena (Tavares, 2020). Desse modo, as disparidades raciais na saúde e a conjuntura desigual de acesso às políticas públicas, podem ser compreendidas pelo que Carneiro (2005) conceituou de o “dispositivo da racialidade”, que explica as iniquidades sociais e em saúde da população negra (Carneiro, 2005).

Tendo em vista as barreiras para acessar as políticas do território do Aglomerado, principalmente, por falta de informações a respeito do funcionamento da rede, foi firmada uma parceria com o projeto de extensão, surgindo a proposta de realizar um mapeamento da rede e do fluxo de referenciamento dos serviços de saúde, assistência social e segurança pública a fim de levar informações sobre serviços dos quais elas/es têm direito. Após estruturar a proposta e nos munir com um protocolo de entrevistas e resguardos éticos, realizamos reuniões com alguns serviços no território. Em uma reunião, no centro de saúde, tivemos contato com falas que elucidam bem a fragilidade das políticas públicas e as práticas universalizantes que excluem e violentam pessoas negras, principalmente mulheres negras, que são as que mais utilizam os serviços.

Logo que nos aproximamos do centro de saúde nos deparamos com pessoas em situação de rua às voltas da unidade. Quando chegamos na unidade, havia um homem negro – na faixa etária de quarenta anos – caído inconsciente na porta do serviço. Para acessar o local, tantos os usuários, assim como nós, tiveram que passar por cima dele. Ao chegar na recepção avistamos uma mulher discutindo com a recepcionista, indignada com o serviço e a falta de profissionais. Realizamos a reunião com a gerente e a assistente social, ambas mulheres brancas, que não residem no território. A gerente inicia dizendo que o aglomerado apresenta os maiores índices de feminicídio da América Latina, e acrescenta que a violência atinge todas as classes, raças e gêneros. Ao ser perguntada sobre o acesso e permanência dos usuários nos serviços, responde que é baixo, seguido de um discurso culpabilizante dos usuários, dizendo que é pelo fato de “serem pessoas envolvidas com o tráfico, analfabetas e cômicas”. A vacinação também não atinge a meta e culpa os pais por serem negligentes com os filhos. Relata que só fazem busca ativa, somente quando solicitada pelo médico, e complementa dizendo que a responsabilidade é dos usuários irem até a unidade. Não atende o usuário sem que ele esteja com a identidade em mãos. Ambas terminam a reunião dizendo que se sentem orgulhosas de suas trajetórias profissionais no território. (Diário de Campo, 30 de novembro de 2022).

Ao ouvir a gerente, minha atenção voltou para o percurso que fizemos até encontrá-la. Logo pensei o que teria dito àquele homem caído no chão e àquela senhora indignada com a falta de profissionais. A invisibilização do racismo,



perpetrada pela branquitude, universaliza sua experiência e projeta no "outro" aquilo que não se assume, protegendo seu modelo narcísico (Bento, 2002; Schucman, 2012). Contrariando a fala da gerente, dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2023 mostram 722 feminicídios no Brasil, com mulheres negras representando 62% das vítimas. Já em 2024 houve um aumento de 0,7% nos casos de feminicídio, revelando que 63,6% das vítimas de feminicídio eram negras. Também aponta a população negra como a que mais morre em confrontos policiais. O pacto da branquitude nega a luta pelo direito à existência, mantendo uma concepção de sujeito desracializado e universal (Bento, 2002), o que impede a discussão sobre as dimensões do privilégio racial (Schucman, 2012).

O racismo precariza o trabalho e, por meio da diferenciação racial, molda o acolhimento e as intervenções nos serviços socioassistenciais, seguindo uma lógica universalizante (Carneiro, 2005). O poder público negligencia a violação de direitos da população negra, falhando em compreender a diversidade de experiências e os marcadores raciais que implicam violências contra corpos negros. As políticas públicas falham ao não considerar metodologias que contemplem as intersecções de raça, classe, sexualidade e território, essenciais para mulheres negras e periféricas (Akotirene, 2019).

Na formulação de políticas de saúde e combate à violência contra a mulher, conteúdos interseccionais e do feminismo negro foram ignorados (Akotirene, 2019). Considerando que racismo e sexismo marcam diferencialmente o exercício de direitos (Werneck, 2010), mulheres negras têm criticado o feminismo por reproduzir racismo, e o movimento negro por seu machismo, ao focar em experiências masculinas (Bairros, 2020; Akotirene, 2019). A experiência de "forasteiras" permitiu às mulheres negras compreenderem o racismo heteropatriarcal (Collins, 2019), o que gerou "fraturas" (Lugones, 2014) ao enegrecer a agenda feminista e sexualizar a do movimento negro. Isso revelou a insuficiência teórica e política do feminismo para integrar sociedades multirraciais e pluriculturais, promovendo múltiplas perspectivas que diversifica as práticas políticas e exige reconhecimento das diferenças e desigualdades nas novas identidades coletivas (Carneiro, 2003).

Crenshaw (1989) cunhou o termo interseccionalidade para descrever a colisão entre estruturas e identidades (raça, classe, nação e gênero). Conceito que serve para instrumentalizar ferramentas analíticas para superar silenciamentos teóricos e metodológicos decorrentes do apagamento linguístico da colonização (Akotirene, 2019). Complementarmente, Crenshaw (2002) introduz os conceitos de super-inclusão e sub-inclusão, que revelam epistemicídios causados pela centralidade exclusiva de gênero ou raça (Akotirene, 2019).

A super-inclusão refere-se à imposição desproporcional de um modo específico a um subgrupo, como quando o feminismo universaliza experiências femininas ignorando raça, ou quando o movimento negro centraliza a questão racial nas vozes masculinas, invisibilizando pautas de mulheres negras como saúde sexual, reprodutiva e aborto. Isso impede políticas públicas assertivas que acolham subgrupos vulneráveis. Por outro lado, a sub-inclusão ocorre quando problemas enfrentados por mulheres subordinadas não são percebidos por não afetarem as experiências de grupos dominantes, a exemplo da esterilização compulsória de mulheres marginalizadas, que não atinge mulheres ricas (Akotirene, 2019).

Na cena, ao considerar os baixos indicadores da unidade e ao analisar os discursos “eles são pessoas envolvidas com o tráfico, analfabetas e cômodas” e, “eu sinto orgulho da minha trajetória profissional no território”, nota-se a recusa em admitir que não tem conseguido efetivar um trabalho de qualidade, e, para não admitir, projeta no/a outro/a o que teme reconhecer em si mesma (a negligente, irresponsável, violenta), colocando os usuários na posição de antagonistas (traficantes, analfabetos, cômodos) o que mantém a branquitude como a parte boa que trabalha para salvá-los (Kilomba, 2020).

Jiménez-Lucena (2014) argumenta que relações racistas/coloniais higienistas são reproduzidas em serviços de saúde: profissionais, imbuídos de uma subjetividade racista institucional, veem mulheres não-brancas como inferiores, desinformadas, dependentes, irracionais e hipersexualizadas. As mulheres negras são infantilizadas, silenciadas (Gonzalez, 2020) e compelidas a peregrinar pelos serviços públicos (Leal et al. 2017). Lugones (2008)

complementa que, mesmo entre mulheres, a solidariedade é inviável devido à lealdade ao sistema de gênero colonial, que impõe um modelo único de mulher (branca e cis-heterossexual), excluindo a maioria das usuárias do SUS (Gonzaga, 2022).

Enquanto as políticas do Aglomerado silenciam as intersecções, as Mulheres da Quebrada organizam uma prática de promoção de saúde mental nos becos encruzilhados (David, 2022) com a articulação de saberes e práticas coletivas de resistência, considerando as intersecções territoriais, geracionais, raciais, de gênero e classe para potencializar suas ações (Borges, 2013; Mayorga, 2014). Consoante a isso, em um dos encontros do Gotas de Cuidado, cujo tema foi “cuidado em saúde”, compartilhamos nossas perspectivas e estratégias de cuidado, um espaço seguro para que as mulheres compartilhassem suas experiências nos serviços de saúde e outros saberes ancestrais:

Suas falas foram sobre não serem bem acolhidas pela equipe e que muitas vezes não frequentam a unidade por conta dessa questão. Ouvimos das lideranças que muitas pessoas deixaram de frequentar a unidade por terem sofrido violência racial e diversas negligências. Em contrapartida, as mulheres trouxeram suas estratégias ancestrais de cuidado e saberes culturais sobre ervas, raízes, simpatias, chás medicinais e alimentação. Em todos os relatos elas demonstram que foram tratadas de modo culpabilizante pelos profissionais, e principalmente interpeladas quando relataram algum chá para uma infecção e para dores. (Diário de Campo, 19 de outubro de 2022).

Santos (2019) propõe enegrecer a psicologia ao resgatar as práticas de cuidado de terreiros e comunidades conectadas à natureza, que o racismo não erradicou. Nesse contexto, o grupo foi mobilizado a refletir sobre a saúde hegemônica biomédica versus saberes tradicionais, enfatizando a participação social como premissa dos movimentos sociais (Rolim e Sampaio, 2013). Destacamos a importância de acessar os serviços do SUS e outras políticas públicas, pois é um direito constitucional, e seu acesso equitativo e longitudinal deve ser reivindicado para garantir sua efetividade (Tavares, 2020). Também ressaltamos a riqueza e o valor dos saberes que as mulheres cultivam e transmitem, configurando-se como práticas de cuidado em saúde que não devem ser menosprezadas.

## **Cena 2: As iconografias<sup>3</sup> das mulheres negras, políticas públicas e o mercado de trabalho**

Retomando a reunião com o centro de saúde, a gerente, ao ser questionada sobre os baixos índices de exames preventivos e pré-natais comparados às metas do Ministério da Saúde, voltou a culpabilizar as mulheres. Quando perguntada sobre a oferta de métodos contraceptivos, ela afirmou que a unidade aplica apenas o anticoncepcional injetável, justificando que as mulheres "não têm capacidade de administrar o método, pois esquecem de tomar a pílula". Durante a reunião, abrimos espaço para a gerente descrever a relação entre o território e o serviço, e ela respondeu:

A gerente inicia sua fala nos perguntando se somos "as mulheres da quebrada", denotando um tom pejorativo. Segue dizendo o que pensa sobre as pessoas do território: "Eles não querem cuidar da saúde, a gente não é CRAS, e eles são uma população acomodada, a gente agenda e eles não vêm". "O tráfico mudou o perfil do território, mas é indiferente ser rico, branco, negro e Lgbt+ aqui no aglomerado". "Aqui tem muitas pessoas usuárias de drogas com transtornos mentais, mas eles não aderem ao tratamento psiquiátrico". "Eles não têm noção sobre suas vulnerabilidades". (Diário de Campo, 30 de novembro de 2022).

Cerca de um ano depois, em um dos encontros psicossociais que abordava a temática do cuidado em saúde, volto a perguntar às mulheres sobre como tem sido suas relações com os centros de saúde:

Ao questioná-las sobre a qualidade dos serviços e o que precisa melhorar elas responderam: falta atenção e acolhimento aos pacientes, péssima recepção, falta de informação e de medicamentos; espera longa por atendimento; limite diário de atendimento; e péssima estrutura da unidade. Não conseguem agendar consultas pela falta de profissionais, e ou pela alta rotatividade de médicos e psicólogas. Suas questões de saúde se estendem até uma gravidade e assim elas procuram a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), que fica fora do território. Contam que peregrinam com seus filhos adoecidos em busca de atendimento por vários dias. E não fazem os exames preventivos porque não se sentem seguras com as profissionais. (Diário de campo, 29 de novembro de 2023).

A hegemonia branca e o histórico da psicologia no que diz respeito à negação das desigualdades raciais e à sua predominância majoritariamente feminina e branca, sustenta-se na distância entre nós e elas (Mayorga, 2013), instaurando sobre os corpos femininos de mulheres não brancas as desigualdades de gênero (Jimenez-Lucena, 2014). Na fala da gerente, podemos

---

<sup>3</sup> A iconografia abrange o estudo de trabalhos imagéticos como estátuas, pinturas, retratos etc. A origem da palavra surgiu a partir da junção de dois termos gregos, "*eikon*" = "imagem" e "*graphia*" = "escrita", significando literalmente "a escrita da imagem".

ver a marca da diferença pela sua constante afirmação do “eles”. A lógica ocidental cria categorias fixas em que “eles” são o (a) outro (a) corporificado (a), generificado (a) e racializado (a) (Oyěwùmí, 2021). A superioridade branca só se sustenta quando transforma a diferença em desigualdade, assim, mesmo a gerente sendo uma mulher, nunca vai se enxergar na outra. A diferença tem sido o paradigma principal da submissão das mulheres sob uma ordem violenta e paternalista, e as instituições sociais são as maiores reprodutoras dos discursos de saber e de autoridade (Gonzaga, 2019).

Podemos ver na fala da gerente que o processo de redução ativa das imagens das mulheres negras vigora até hoje como práticas de colonialidade, o que tem relação direta com a ideologia da supremacia racial branca, tal como já apontava Aimé Césaire (1978). A branquitude, para se constituir como “pessoa do bem”, produz as iconografias das quebradas faveladas(os) e analfabetas(os), afinal, a favela é o lugar onde se despejam os detritos. O ato de nos perguntar se também somos “mulheres da quebrada” é para nos deixar circunscritas aos quartos de despejos, demonstrando o seu incômodo com a nossa presença (duas mulheres negras, mestrandas e graduandas em psicologia). Quando a negritude sai da posição determinada socialmente pela supremacia branca, somos duramente repreendidas(os) (Hooks, 2020), colocadas(os) a todo custo naqueles lugares que, historicamente, temos sido designadas (os) (Oliveira, 2020).

A afro-americana Collins (2019) teorizou a respeito das imagens de controle, que são iconografias imobilizadoras que posicionam as mulheres negras nos arquétipos da subordinação, relacionada a uma ideia de obediência e subserviência. São as trabalhadoras domésticas (Figueiredo e Leite, 2021), as condicionadas ao matriarcado da miséria (Carneiro, 2003), as usuárias dos equipamentos públicos como os centros de referência de assistência social (CRAS) e (CREAS), e beneficiárias do Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) (Oliveira et al, 2019). Todas essas são vistas como mulheres desviantes ao não apresentar os estereótipos da feminilidade branca e ao negarem reproduzir padrões de castidade, fragilidade, subserviência perante as figuras masculinas (Lugones, 2014; Collins, 2019; Bueno, 2020).

Para justificar a exploração sexual das mulheres negras na escravidão, a cultura branca criou uma iconografia que as representava como altamente sexuais, com erotismo primitivo e desenfreado, simbolizando o sexo. Essa representação reforçava a ideia de que as negras eram apenas corpos, desprovidas de mente, posicionando seus corpos numa categoria cultural distante da vida mental (Hooks, 1995). Além disso, suas imagens frequentemente se vinculam a estereótipos de servilismo profissional e sexual (Gonzalez, 2020). Assim, são vistas como mulheres sexualmente agressivas, irracionais e que usam o corpo para lidar com a ordem social, sendo sempre associadas a corpos alienados, pobres e reprodutores (Collins, 2019; Bueno, 2020).

As mulheres negras têm buscado construir novos conceitos alinhados às suas necessidades e desejos nos diferentes cenários políticos (Werneck, 2009, p. 152). Elas resistem às imagens de controle, criando novas representações a partir de outros referenciais e de uma redefinição de si mesmas (Collins, 2019). As imagens de controle reforçam ideias sobre corpos, comportamentos e traços físicos, buscando suprimir sua subjetivação enquanto sujeitos de direitos (Bueno, 2020). Assim, as imagens funcionam como uma categoria analítica de resistência, oferecendo significados e ferramentas que apoiam a luta coletiva por emancipação e pela definição de nomes próprios que promovam sua inclusão em processos de transformação social, visando eliminar racismo, heterossexismo e violências históricas (Werneck, 2009).

Outra problemática na cena é a fala: “eles não aderem ao tratamento psiquiátrico”. Compreendemos que esse é o discurso de saúde mental pela lógica da patologização, medicalização e institucionalização compulsória. Fanon (2008) destaca que o colonialismo e o racismo são centrais no adoecimento mental da população negra, com o racismo científico reforçando estereótipos de violência, resistência, loucura e inferioridade. As políticas de saúde mental, muitas vezes, não consideram a luta antirracista e feminista (Passos, 2017). O racismo e o sexismo afetam a vida das mulheres negras, contribuindo para altos níveis de estresse, ansiedade, depressão, retraimento social e dificuldades de autocuidado (Tavares, 2019). Além disso, há escassez de estudos

interseccionais na epidemiologia sobre mortes por suicídio de mulheres negras, evidencia a hierarquização racial na produção de conhecimento na área (Tavares, 2017; Passos, 2017).

Desta forma, que, inspirada na concepção de comunidade da psicologia social comunitária de Monteiro (1984), que valoriza redes e lideranças ativas, a ColetivA defende a descentralização do cuidado em saúde mental, colocando-o na comunidade para atender às suas reais necessidades e promover identidades coletivas engajadas politicamente. Assim, o cuidado torna-se uma responsabilidade compartilhada na luta pela preservação da vida.

Propomos um movimento de mulheres negras que busca uma política de saúde mental racializada e a superação do racismo institucional (Werneck, 2016). Os territórios negros têm criado estratégias de cuidado, resgatando saberes marginalizados pela colonialidade (David, 2022), protagonizadas por mulheres negras que promovem saúde mental nas comunidades diante da violência dos espaços institucionais (Davis, 2019). Assim, o cuidado deve acolher as intersecções e subjetividades negras, promovendo emancipação e transformação social. Além disso, uma problemática identificada nos relatos da gerente é a falta de compreensão de que a maioria das usuárias trabalha durante o horário de funcionamento da unidade. A trajetória laboral dessas mulheres do Aglomerado inclui profissões como doméstica, diarista, auxiliar de serviços gerais, catadora de materiais recicláveis e cuidadora de idosos, ocupações historicamente destinadas a mulheres negras e pobres (Valeriano e Tosta, 2022).

### **Cena 3: A práxis da psicologia comunitária na promoção de saúde mental a partir do feminismo negro**

A práxis de promoção da saúde mental na psicologia comunitária, articulada às intelectuais negras que propõem ações comunitárias fundamentadas no feminismo e na interseccionalidade, favorece uma leitura reflexiva de si (Mayorga, 2014). A integração do cuidado em saúde mental às lutas antirracistas e feministas (Gonzaga et al., 2023) tem permitido às mulheres se auto representarem, construindo uma imagem autorreflexiva e compartilhando saberes comunitários, tradicionais, acadêmicos e políticos

(Gonzaga, 2019; Figueiredo e Leite, 2021). Isso viabiliza estratégias de proteção da vida por meio de tecnologias ancestrais (Santos, 2015). Além disso, a retomada da memória e dos modos de cuidar na perspectiva amefricana, afro-indígena e afropindorâmica baseia-se na equilíbrio da vida comunitária por meio de trocas, valores das tradições negras e indígenas, e na indissociabilidade entre cultura e natureza, promovendo a integração corpo-mente (Santos, 2019).

Ouve-se sempre falar do feminismo, empoderamento, sororidade entre mulheres. Porém, é bem diferente quando se trata da quebrada, sendo que várias dessas mulheres passam por todos os tipos de faltas. Faltas de direitos, de afeto, de acessos, de trabalho, de saúde e outras tantas faltas. Mesmo com tantas violências, essas mulheres continuam nos trabalhos diários para sustentar suas famílias. Aí fica uma pergunta: qual é o momento em que elas se cuidam? Quando elas recebem cuidado? Movidas por esses questionamentos, reunimos ações para efetivar a existência da Coletiva (Mulheres da Quebrada, 2021).

Carneiro (2003) e Curiel (2019) apontam que o feminismo branco ocidental é inconsistente, pois ignora as opressões específicas das mulheres de cor e a complexidade das relações de dominação. Assim, feministas negras desenvolveram uma crítica ao universalismo do conceito de mulher e do feminismo, propondo uma teoria baseada na experiência das mulheres negras (Davis, 2016; Hooks, 2019; Gonzalez, 2020). A práxis feminista negra valoriza a marginalidade das mulheres amefricanas, defendendo a liberdade na diferença e a solidariedade humana (Gonzalez, 2020). Esse movimento atua como uma contra hegemonia, buscando um novo projeto de humanização da sociedade e do conhecimento (Collins, 2019).

Sojourner Truth <sup>4</sup>protagoniza o feminismo negro ao se levantar, diante de um grupo organizado de mulheres e homens brancos, para questionar as reivindicações das mulheres brancas na convenção anual do movimento de “mulheres”, em Akron, Ohio, em 1852. Ao questionar ‘não sou uma mulher?’, ela convoca a humanidade das mulheres negras, questiona o modo como são tratadas e a invisibilidades de suas lutas e particularidades.

O ato de levantar-se contra o desprezo e o desrespeito dos Estados Unidos pelas mulheres negras, apontou que as mulheres brancas, em diferentes épocas, para conquistarem seus direitos, constituíram-se como um polo de poder

---

<sup>4</sup> Isabella Baumfree é uma abolicionista afro-americana e ativista dos direitos da mulher, que adotou o nome Sojourner Truth (1797-1883), a partir de 1843.



e de violência (Werneck, 2009). Bairros (2020) afirma que o racismo não pode mais ser praticado sem contestação, pois emergem discursos contraditórios ao longo da história. Questionar “e eu não sou uma mulher?” representa um legado de luta e a construção de um feminismo que exige ação (Collins, 2019). Embora Sojourner Truth não tenha sido a única a denunciar o racismo, seu discurso abriu caminho para outras mulheres expressarem suas vozes, que continuam a denunciar a desumanização até hoje.

Consoante a isso, em encontro que objetivava discutir as sobrecargas de trabalho das mulheres, questiono as mulheres se elas pedem ajuda quando necessitam:

Uma senhora conta que já teve episódios dela carregando duas cestas básicas nas costas e ninguém ofereceu ajuda. Conta que repara nesses momentos onde ela não é vista como uma mulher que precisa de ajuda. Houve um episódio em que ela estava atravessando o sinal com material reciclável, e era uma carga pesada e os motoristas gritavam para ela atravessar muito rápido para não atrapalhar o trânsito. Diz que se sentiu mal e humilhada porque naquele momento era para terem ajudado ela, as pessoas deviam oferecer ajuda, como acontece com outras mulheres. Ela faz uma provocação a respeito do pedir ajuda, em que muitas vezes é dada a responsabilidade para elas fazerem isso, mas não necessariamente precisaria ela dizer que precisa, pois já está explícito: “Uma mulher carregando duas cestas básicas não precisa pedir ajuda”. Ela encerra sua fala dizendo: “eles querem é ver a gente pedindo ajuda, mas porque não oferecem?” (Diário de Campo, 01 de junho de 2023).

Ao ouvir sua interpelação, fiquei pensando em inúmeros relatos de humilhação social que as mulheres do Aglomerado costumam trazer. Sua fala reflete o lugar social destinado às mulheres negras periféricas, o da invisibilidade, de não ser vista nem como mulher nem como humana, é um corpo trabalho, beneficiária das cestas básicas, que deve carregar e sustentar o peso da pobreza sozinha, assim como suportar suas dores. Ao referir a própria experiência de vida, mostrou como o racismo opera em nossa sociedade e determina a experiência das mulheres negras na divisão racial do trabalho (Gonzalez, 2020), “suportando perseguição, abuso físico e tortura” (Hooks, 2022, p. 253).

Naquele momento, essa senhora escancara o projeto que forjou historiografias de apagamento e silenciamentos e reivindica a experiência, a corporalidade e desconstrói o aparato conceitual dominante do que é ser uma mulher. Para Davis (2016), houve um interesse colonial em colocar as mulheres em uma unicidade, um artifício utilizado com o intuito de desumanizar outras

mulheres que não se enquadram nos padrões hegemônicos. A intelectual afro-americana recupera e reinterpreta a história, em uma perspectiva filosófica, ao fazer uma continuidade histórica entre o processo escravocrata e o capitalismo racializado e globalizado que existe hoje. Em “Mulher, Raça e Classe”, aponta como a historiografia oficial contava a escravidão a partir da narrativa masculina. Trata também sobre a presença de mulheres na luta pelos direitos civis, e como sua centralidade estava na figura de mulheres brancas, mais uma vez invisibilizando as mulheres negras na luta por direitos (Davis, 2018).

A ColetivA é composta por mulheres de diferentes intersecções (escolaridades, sexualidades, gerações, regionalidades, religiosidades, possibilidades econômicas e culturais). Lorde (2019) aponta que é nas nossas diferenças que conseguimos revelar nossas capacidades políticas de superar condições de subalternidade. Já que mulheres negras foram ensinadas ao silenciamento e ao medo, é importante sobretudo acessar a nossa necessidade. Quando acessada, torna-se possível transformar em ação e mudar a realidade. A exemplo disso, tem-se o movimento de mulheres negras organizadas em comunidades que, ao utilizarem suas vozes para denunciar as violências de gênero, as violências raciais perpetradas pelo Estado, pela polícia e pela ausência de políticas públicas, garantem a proteção da vida. São necessidades que emergem a partir das vivências como mulheres negras e, diante disso, faz-se importante o movimento coletivo de autodefinição e autodeterminação, para assim transformar em poder, o ato de nomear a própria realidade (Collins, 2019).

Cabe-nos questionar se estamos utilizando as metodologias adequadas às realidades das mulheres; se estamos construindo de fato escuta e acolhimento pautados numa perspectiva interseccional de cuidado; e como garantir que as instituições não sejam espaços de reprodução de violências. O caminho que estamos construindo cotidianamente, juntamente com as mulheres, é de cuidado mútuo contra o racismo patriarcal (Lorde, 2019) como forma de enfrentamento e questionamentos, e a tomada de consciência das mulheres a despeito de práticas antes consideradas naturalizadas. Outro movimento é a organização coletiva, em rodas educativas e de informação, de desconstrução

de noções homogeneizantes de feminilidade e de padrões relacionais (Gonzaga, 2022).

### **“Eu sou uma, mas não sou só”: considerações finais**

Gosto muito de a ColetivA pensar o protagonismo e a corresponsabilização das mulheres em cada processo; principalmente na construção do espaço e na autonomia de conduzir este movimento. Senti isso se afirmar quando uma das mulheres se levanta ao final do encontro e propõe para o grupo que elas sejam as responsáveis pelo lanche dos encontros e pela horta: “é hora de sermos solidárias e devolvermos o carinho que a ColetivA tanto tem por nós”. (Diário de Campo, 18/05/2023). Para finalizar as atividades do semestre, as mulheres sugeriram uma confraternização. Elas disseram que é preciso também festejar e celebrar os encontros, que não precisamos falar somente de nossas dores, mas que nosso encontro também seja alegre, um espaço de trocas, de comer e dançar juntas. No último encontro, elas organizaram um lanche coletivo e trocaram afetos pelo correio elegante, exaltando as potencialidades de cada uma (Diário de Campo, 21 de junho de 2023).

As análises deste artigo demonstram que a rede de solidariedade das mulheres negras no Aglomerado da Serra atua como um espelhamento (Gonzaga, 2019; Santos, 2023), promovendo reorganização política, garantia de direitos e espírito comunitário. Para a ColetivA, o comer junto e a solidariedade são aspectos da ancestralidade de partilhar, mesmo com o mínimo. Suas confraternizações são uma forma ancestral de troca, onde a comida simboliza sociabilidade e comunhão, não caridade (Santos, 2022).

Contrariando a visão universalista e assistencialista das políticas públicas, que as posicionam como carentes, a perspectiva das mulheres negras, articulada à psicologia comunitária, foca no cuidado mútuo e na transformação social coletiva (Carneiro, 2005). Ao combinar doações e encontros psicossociais, a ColetivA integra saúde mental e segurança alimentar, e desafia a psicologia hegemônica com o cuidado por espelhamento, onde cuidar do outro é cuidar de si (Gonzaga et al, 2023), eliminando hierarquias de saberes.

O acolhimento, o espaço seguro e a afirmação da identidade coletiva capacitam as mulheres a acessar a seguridade social, promovendo autorreflexão e liberdade para abandonar a "capa de força" imposta a pessoas negras. A solidariedade, como aquilombamento, gera identificação e anuncia um novo humanismo (Fanon, 2008), no qual o protagonismo, as estratégias de luta e o conhecimento comunitário das mulheres impulsionam a ação coletiva. Isso

fundamenta uma prática da psicologia orientada pelas epistemologias negras, utilizando o princípio do espelho de Oxum para a reexistência e a afirmação de imagens auto reflexivas que combatem a auto culpabilidade social (Gonzaga, 2019; Santos, 2023).

Conclui-se, citando Marimba Ani (1994), que a cultura é o sistema imunológico. Assim, as práticas de cuidado e solidariedade entre mulheres negras – retomando ritos, música, dança e arte como práticas ancestrais de futuro – são estratégias de saúde mental. Diante da negação de direitos, elas refinam formas de existência, buscando soluções contra a colonização. São essas mulheres que agenciam a vida comunitária, promovem mudanças sociais e almejam uma sociedade mais justa e equânime (Carneiro, 2003).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADRIÃO, Karla. *Feminismo, Psicologia e Justiça Social: um encontro possível? Uma entrevista com Michelle Fine*. *Psychologia & Sociedade*, v. 27, n. 3, p. 479-486, 2015.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. In: RIBEIRO, Djamila (org.). *Feminismos Plurais*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANI, Marimba. *Yurugu: An Afrikan-Centered Critique of European Cultural Thought and Behavior*. Trenton, NJ: Africa World Press, 1994.
- BAIROS, Luiza. *Nossos feminismos revisitados*. In: VAREJÃO, A.; BARRAGÁN, A. M. A.; SANTILLANA, A.; FIGUEIREDO, A.; de LIMA COSTA, C.; CHÁVEZ, D.; ... & PAULINO, R. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. *Decolonialidade e perspectiva negra*. *Sociedade e Estado*, v. 31, p. 15-24, 2016.
- BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BORGES, Larissa Amorim. *Nas periferias do gênero: transitando entre Hip Hop, Funk e Feminismo*. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.
- BUENO, Winnie. *Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins*. [S.l.]: Editora Zouk, 2020.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2003.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Jamile Pinheiro Dias. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Psicologia brasileira na luta antirracista: volume 1*. Brasília: CFP, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. "Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics." *University of Chicago Legal Forum*, pp. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Estudos Feministas, [s.l.], 2002.

DAVID, Emiliano de Camargo. Itinerários da saúde mental da população negra: em busca de uma reforma psiquiátrica antimanicomial. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 2002.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. R. Silveira. Salvador, BA: EdUFBA, 2008.

FIGUEIREDO, A.; LEITE, N. *Nosso tempo é agora! Mobilização política e transformações das imagens de controle das mulheres negras*. Revista eco-pós, v. 24, n. 1, p. 12-41, 2021.

FIOCRUZ. *Políticas públicas e modelos de atenção e gestão à saúde no PMA*. 2020. Disponível em: <https://fiocruz.br/pma-politicas-publicas-e-modelos-de-atencao-e-gestao-saude>. Acesso em: 21 out. 2025.

GONZAGA, Paula. "A gente é muito maior, a gente é corpo coletivo': produções de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais." 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

GONZAGA, Paula. *Psicologia, saúde sexual e saúde reprodutiva: urgências para a formação profissional*. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 42 (núm. esp.), e262847, p. 1-18, 2022.

GONZAGA, Paula; CARVALHO, Karla; SOUZA, Grazielle. *Psicologia Feminista e Antirracista: uma experiência de extensão universitária junto à Coletiva Mulheres da Quebrada*. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 16 (ed. esp.), 2023.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na sociedade brasileira*. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). *Por um feminismo afro-latino americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSFOGUEL, Ramon. *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

HARAWAY, Donna. *Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos Pagu, n. 5, p. 7-41, 1995.

HOOKS, Bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Trad. Bhuvli Libanio. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. *Intelectuais negras*. Estudos Feministas, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.

JIMÉNEZ-LUCENA, I.; MOLERO-MESA, J. *Una dialógica desestabilizadora del orden social y sexual: el médico argentino Juan Lazarte en la revista anarquista Estudios (1932-1936)*. Asclepio, v. 66, n. 2, p. 056-056, 2014.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. São Paulo: Cobogó, 2020.

LEAL, M. do C.; GAMA, S. G. N. da; PEREIRA, A. P. E.; PACHECO, V. E.; CARMO, C. N. do; SANTOS, R. V. *A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil*. Cadernos de Saúde Pública, v. 33, p. e00078816, 2017.

LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. [S.l.]: Autêntica, 2019.

LUGONES, Maria. *Colonialidade e gênero*. Tabula Rasa, n. 9, p. 73-102, 2008.

LUGONES, Maria. *Rumo a um feminismo descolonial*. Revista Estudos Feministas, v. 22, p. 935-952, 2014.

MAYORGA, Claudia. *Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária*. Athenea Digital, v. 14, n. 1, p. 221-236, 2014.

MAYORGA, Claudia. *Sobre mulheres, psicologia, profissão e a insistente ausência das questões raciais*<sup>21</sup>. In: *Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres*, p. 173, 2013.

MONTEIRO, Maritza La. *Psicologia Comunitária: Orígenes, Principios y Fundamentos Teóricos*. Revista Latino-Americana de Psicología, v. 16, n. 3, p. 387-400, 1984.

NASCIMENTO, Maria Lívia; LEMOS, Flávia Cristina Silveira. *A pesquisa-intervenção em Psicologia: os usos do diário de campo*. Barbarói, n. 57, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/barbaroi/article/view/14675>. Acesso em: 21 out. 2025.

NEVES, S.; NOGUEIRA, C. *Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais*. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 18, p. 408-412, 2005.

NOGUERA, Renato. Fanon: uma filosofia para reexistir. In: FANON, F. (org.). *Alienação e liberdade. Escritos psiquiátricos*. São Paulo: UBU, p. 7-19, 2020.

OYÉWÚMÍ, Oyèrónkẹ. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. São Paulo: Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2021.

PASSOS, R. G.; PEREIRA, M. O. *Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

QUEIROZ, I. S. D.; PRADO, M. A. M. *Pesquisa narrativa com mulheres que usam drogas: uma experiência etnográfica feminista*. Psicologia USP, v. 29, p. 226-235, 2018.

QUEIROZ, I. S.; TONELI, M. J. F. *Contribuições decoloniais para a produção de conhecimento por pesquisadoras em contextos periféricos*. Revista Periódicus, v. 1, n. 19, p. 134-150, 2023.

ROLIM, L. B.; CRUZ, R. D. S. B. L. C.; SAMPAIO, K. J. A. D. J. *Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa*. Saúde em Debate, v. 37, p. 139-147, 2013.

SANTOS, Abrão. *Epistemologias Negras: novas propostas para o ensino, a pesquisa e a extensão em Psicologia*. In: *Psicologia Brasileira na Luta Antirracista*. Brasília: CFP, 1ª ed., 2022.

SANTOS, Abrão. *O enegrecimento da psicologia: indicações para a formação profissional*. Psychologia: Ciência e Profissão, v. 39, 2019.

SANTOS, Abrão; de Oliveira, L. R. *A Metodologia do Espelho de Oxum na Psicologia*. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 16 (ed. esp.), 2023.

SOLATERRAR, Ueslei. *Sobre AFRONTar a casa-grande e botar a cara no sol: uma etnografia transviada de formas de gestão do sofrimento*. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

TAVARES, J. S. C.; DE JESUS FILHO, C. A. A.; de SANTANA, E. F. *Por uma política de saúde mental da população negra no SUS*. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 12 (ed. esp.), p. 138-151, 2020.

VALERIANO, M. M.; TOSTA, T. L. D. *Trabalho e família de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: uma análise interseccional*. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 21, p. 412-422, 2022.

WERNECK, Jurema. *Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil*. [S.l.]: [s.n.], 2010.

---

### Karla de Paula Carvalho

Doutoranda em Psicologia na  
Universidade Federal de Minas Geras.  
Mestre em Psicologia pela Universidade  
Federal de Minas Geras. Psicóloga pela

Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). Especialista em Saúde Coletiva pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Membro do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão - Conexões de Saberes (UFMG); Tenho interesse nos escopos temáticos: Saúde Coletiva; Saúde da População Negra; Feminismo Negro; Feminismo Decolonial; Psicologia Social Comunitária. Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva. Justiça Reprodutiva..

**Currículo Lattes:**

<http://lattes.cnpq.br/9658705188046607>

---

---

**Paula Rita Bacellar Gonzaga**

Professora do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Co-coordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão - Conexões de Saberes (UFMG); Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Psicologia e Aborto na América Latina. Tutora do Pet-Conexões de Saberes; Coordenadora Acadêmica da Liga de Psicologia Social Latinoamericana. Graduada em Psicologia (UFBA); Mestrado realizado no Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM/UFBA); Doutorado em Psicologia (UFMG). Tenho me dedicado a temas como: justiça reprodutiva, saúde mental e mulheres negras; direitos reprodutivos e direitos sexuais, a partir dos aportes teóricos do Feminismo Negro, do Feminismo Decolonial e da Psicologia Social Latinoamericana.

**Currículo Lattes:**

<http://lattes.cnpq.br/0399493499741522>

---